

Asefe investigada. De novo

Assalto às vésperas das eleições da entidade levanta novas suspeitas de desvio de recursos

Nove meses após o encerramento da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), instaurada na Câmara Legislativa para investigar denúncias de desvio de recursos na Associação de Assistência aos Servidores da Fundação Educacional do DF (Asefe), e à beira de novamente iniciar eleições pela disputa de sua direção, a entidade volta a ser alvo de investigações da polícia.

A exemplo do que ocorreu em outros anos, principalmente nas proximidades de campanhas eleitorais, o cofre da instituição se vê, mais uma vez, vítima do ataque de criminosos. Desta vez, porém, em vez de usar notas frias, superfaturamento de pagamentos ou mesmo fraudes em guias de recolhimento de impostos federais, os criminosos usaram armas de fogo e realizaram um mirabolante assalto que lhes rendeu R\$ 300 mil em espécie, que estavam depositados num cofre da Diretoria Financeira da entidade.

No dia 19 deste mês, quatro homens armados com revólveres e pistolas passaram – em um Monza de cor prata e calotas vermelhas – pela gua-

rita principal que dá acesso ao clube da entidade, situado na 912 Sul, e seguiram mais de 300 metros até o prédio que abriga as principais diretorias da Asefe, no fundo do lote, sem enfrentar nenhuma dificuldade.

Depois disso, demonstrando a certeza do que procuravam, três deles entraram no edifício, passaram pelos guichês localizados no saguão do prédio e seguiram tranquilamente até a tesouraria da instituição. Lá, com total frieza, renderam duas funcionárias e exigiram que uma delas abrisse o cofre e colocasse todo o dinheiro disponível numa sacola de náilon. Os assaltantes então retornaram facilmente até o carro e fugiram do local sem que a placa do automóvel fosse anotada.

Segundo as testemunhas – a tesoureira Silvana Karla Alves Borges Paes, 34, e a auxiliar de escritório Ediline Araújo Matias, 31 –, os criminosos não utilizavam máscaras para esconder seus rostos. Mesmo assim, elas afirmaram não terem memorizado a fisionomia deles, o que as impedia de auxiliar na confecção de retratos falados.

Foi armação, diz diretor

Por ter uma boa arrecadação e cerca de 22 mil associados, a direção da Asefe é cobrada por políticos que vislumbram uma chance de eleger-se a cargos públicos, como o de deputado distrital.

Até agora, existem três grupos querendo vencer o próximo pleito para assumir o mandato a partir de fevereiro de 2004. Um deles é formado por uma parte da atual administração ligada a Marcos Pato e a Jorge Eduardo. O outro seria encabeçado pelo atual presidente da entidade, José Eudes. O terceiro seria parte de um grupo de ex-diretores ligados a Firmino.

Com base na proximidade da disputa, o diretor financeiro da Asefe, Jorge Eduardo de Miranda, acredita que o roubo seja um reflexo do que será a próxima campanha, que se inicia oficialmente em outubro. Para ele, o roubo foi uma armação para desacreditá-lo

junto a seus apoiadores. "Acredito que foi uma armação", denuncia.

Ele afirma que os R\$ 300 mil levados pelos assaltantes seriam usados para o pagamento de impostos e de acertos trabalhistas com ex-funcionários recém-demitidos da entidade. O diretor diz que a quantia estava no cofre porque a entidade não possui cheques para movimentação bancária, por continuar registrada no cadastro de inadimplentes: "Temos de fazer os pagamentos em dinheiro".

A polícia, por sua vez, também acredita na premeditação do crime e não descarta o possível envolvimento de funcionários da Asefe no assalto à entidade.

Mesmo assim, os trabalhos de investigação ainda estão na estaca zero, de acordo com o delegado da 1ª Delegacia de Polícia, na Asa Sul, Antônio Anapolino de Souza.

Denúncia gravada em fita

Em maio de 2002, numa fita de vídeo levada à imprensa pelo ex-sindicalista Marcos Pato com o diretor financeiro da Asefe, Jorge Eduardo de Miranda, o ex-diretor financeiro da entidade Firmino Pereira do Nascimento Neto revela um esquema de desvio de recursos da Asefe – para campanhas de políticos do PT, PCB, PC do B e PPS – que ultrapassariam R\$ 20 milhões.

O escândalo mobilizou os parlamentares da Câmara Legislativa, que instauraram uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Dias depois da divulgação da fita, Firmino Pereira convocou a imprensa e negou as acusações, afirmava que teria dito tudo porque estava embriagado.

Apesar da investigação, apenas três pessoas foram indiciadas por crime de apropriação indébita supostamente praticado contra os cofres da entidade no inquérito aberto na 1ª DP. Uma delas foi o ex-diretor Administrativo da Asefe Klécio Oliveira; outra, sua subordinada, a gerente de recursos humanos Izabel Portugues; e, por fim, o ex-auxiliar de escritório Luiz

Vieira Sobrinho e Gomes.

No final dos trabalhos da CPI, em dezembro do ano passado, a comissão emitiu relatório final que apontou nove políticos citados por Firmino Pereira (ver quadro) como acusados de terem se beneficiado dos recursos desviados da instituição, além de outras seis pessoas ligadas à entidade.

Passado quase um ano, nenhuma das pessoas citadas nas denúncias de Firmino Neto e nas investigações chegaram a responder pelo caso na Justiça. Apenas Marcos Pato, Jorge Eduardo e o atual secretário-geral da entidade, Omar dos Santos, que também participou da divulgação das denúncias, foram efetivamente punidos. Todos foram expulsos de seus partidos, respectivamente PT e PCB, por terem apresentado o escândalo à imprensa.

Na Asefe também quase nada mudou. O atual presidente, José Eudes da Costa, um dos acusados, continua à frente de seu mandato. Na 1ª DP o inquérito sobre o caso ainda não foi finalizado para ser encaminhado à Justiça.



Os ladrões não encontraram dificuldades para levar R\$ 300 mil, em espécie, da sede da entidade

RENAUTO ARAÚJO - 23.09.03

OS POLÍTICOS ACUSADOS



Cristovam Buarque – Ex-governador do DF (1995-1998) e atual ministro da Educação do governo Luiz Inácio Lula da Silva, teria recebido R\$ 200 mil da Asefe para bancar a sua campanha em 1998 (quando perdeu o segundo turno da eleição para o Buriti). Cristovam teria sido beneficiado pelo superfaturamento de um show promovido pela Asefe – que deveria custar R\$ 80 mil, mas acabou saindo por R\$ 120 mil, segundo denúncia de Firmino Pereira do Nascimento, ex-diretor financeiro da entidade. O "esquema de gráficas" da Associação, de acordo com o ex-diretor, teria bancado o resto dos recursos para a campanha do petista. Em troca desse apoio, ele teria prometido dar mais espaço em seu segundo governo ao presidente regional do PCB, Trajano Jardim. Cristovam negou tudo e afirmou que deixaria a vida política se qualquer coisa fosse provada contra ele.



Chico Vigilante – Ex-deputado federal e atual deputado distrital pelo PT, Chico Vigilante também teria recebido recursos da Asefe para sua campanha em 1998, segundo Firmino. Por causa da divulgação dessas denúncias, Chico pediu a expulsão de Jorge Eduardo Rodrigues, atual diretor financeiro da Asefe, e Marcos Pato, dos quadros do PT.



Trajano Jardim – Presidente do PCB em Brasília, foi assessor do ex-presidente da Asefe Sérgio Rubens Ribeiro, também filiado ao PCB. Segundo as denúncias, Trajano teria recebido R\$ 75 mil da Asefe para sua campanha em 1998. Depois de perder a eleição para distrital, Trajano (com a ajuda de Sérgio) teria usado o "esquema de gráficas" da Asefe para fazer propaganda de Cristovam Buarque no segundo turno, em troca de mais espaço no governo se fosse reeleito. Trajano também nega tudo.



José Eudes – Atual presidente da Asefe, é filiado ao PT e ligado ao presidente regional do partido, Wilmar Lacerda. Foi administrador de Ceilândia no governo petista. Segundo afirmou o secretário-geral da Asefe, Omar dos Santos, Eudes teria usado recursos da entidade para financiar a campanha de Wilmar à presidência do PT. E teria recebido, também, R\$ 75 mil para sua própria campanha a distrital. Eudes nega tudo, e diz que a culpa das dificuldades da Asefe é do grupo de Jorge Eduardo Rodrigues, atual diretor financeiro.



Vilmar Lacerda – Atual presidente do PT no DF, admitiu que José Eudes foi um dos coordenadores de sua campanha.



Firmino Pereira do Nascimento Neto – O ex-diretor financeiro da Asefe, segundo ele próprio admitiu na conversa gravada com Marcos Pato, teria tirado R\$ 75 mil da Asefe para bancar sua campanha a distrital em 1998, quando recebeu cerca de cinco mil votos e acabou ficando como primeiro suplente da bancada do PPS. Foi Firmino quem revelou, a Marcos Pato, todo o esquema de desvio de dinheiro dos cofres da Asefe. Depois do escândalo, Firmino só apareceu publicamente uma vez, quando deu uma entrevista-relâmpago para dizer que tinha sido induzido, por Marcos Pato, a fazer as denúncias (que ele agora nega). Firmino pretendia ser novamente candidato a distrital no ano passado. Dentro do PPS, é adversário de Reginaldo Bacci, candidato a distrital e um dos autores das denúncias.



Lúcia Carvalho – Ex-deputada distrital do PT, Lúcia foi dirigente do Sindicato dos Professores (Sinpro). Integra um grupo adversário de Marcos Pato. Segundo Firmino, ela teria recebido R\$ 25 mil da Asefe para sua campanha em 1998 e, além disso, montado um esquema de contratações de funcionários-fantasmagóricos na associação. Lúcia, de acordo com Firmino, tinha poderes para contratar quem quisesse, e as pessoas indicadas por ela trabalhavam sem receber salários. Lúcia diz que tudo isso é mentira.



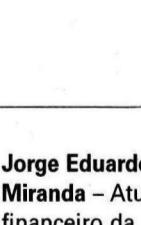
Wasny de Roure – Atual deputado federal pelo PT ex-deputado distrital, segundo Firmino, também seria responsável por contratações de funcionários-fantasmagóricos, além de ter recebido recursos da Asefe (em tíquetes e em material gráfico) para sua campanha. Wasny nega tudo. A irmã dele, Sueli de Roure, é funcionária da Asefe. Wasny explica que solicitou os serviços gráficos para divulgação de um programa social desenvolvido por uma escola.



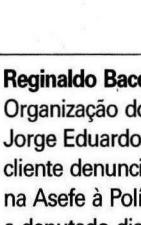
Marcos Pato – O polêmico ex-dirigente do Sindicato dos Professores (Sinpro), comandou uma greve de 60 dias de sua categoria em 1998, durante o governo de Cristovam Buarque. Por causa disso, ganhou vários inimigos dentro do PT, que o acusaram de tentar sabotar a administração de Cristovam. Em busca dos culpados pelo escândalo da Asefe, Marcos chamou Firmino Pereira para uma conversa em sua casa sobre o caso, e deixou uma câmera escondida gravando tudo. Na conversa, de uma hora e quarenta e oito minutos, ele convenceu Firmino a contar os detalhes das irregularidades na Associação, sob o argumento de que Firmino não poderia, sozinho, levar a culpa de tudo o que estava acontecendo.



Omar dos Santos – Secretário-geral da Asefe e braço direito de Jorge Eduardo, a quem tem dado total apoio nas denúncias. À época era filiado ao PCB mas foi expulso a exemplo de seus colegas.



Jorge Eduardo Rodrigues – Mirinda – Atual diretor financeiro da Asefe e ex-filiado ao PT (foi expulso por causa das denúncias). Jorge vinha fazendo, desde o início do ano, uma série de denúncias de irregularidades na Asefe, que incluem a falsificação de guias de pagamento da Previdência Social dos então 230 funcionários da Associação. Foi Jorge quem teve a ideia de gravar a conversa com Firmino. A sua expulsão do PT foi uma exigência do grupo mais fortemente ligado a Cristovam Buarque.



Reginaldo Bacci – É o secretário de Organização do PPS, e advogado de Jorge Eduardo. Ao lado do então cliente denunciou as irregularidades na Asefe à Polícia Federal. Candidato a deputado distrital, Reginaldo é inimigo, dentro do PPS, do grupo ligado a Firmino.

Uma entidade endividada

A Asefe arrasta uma dívida de cerca de R\$ 20 milhões causada por má administração e sucessivos ataques aos caixas da instituição.

Apesar das investigações parlamentares, não foram determinadas as causas que levaram a entidade a comportar tamanho rombo financeiro. Uma das hipóteses é a disputa interna de poder entre várias facções de partidos de esquerda, que teriam usado a entidade para financiar seus interesses políticos e campanhas, segundo os parlamentares.

Na diretoria da entidade existem inimigos declarados, como o presidente, José Eudes (filiado ao PT), e o diretor financeiro, Jorge Eduardo Rodrigues, que pertenceu a outra corrente política.

Apesar de débitos de tributos federais, a Asefe deve aproximadamente R\$ 8 milhões. O restante da dívida se divide entre comércio e pendências com antigo plano de saúde usado pelos associados, conforme a entidade.

SEM CONCLUSÃO

■ Inquérito sob investigação na 1ª Delegacia de Polícia continua sem conclusão.

Apenas três pessoas foram indiciadas. Uma delas é o ex-diretor administrativo da Asefe, Klécio Oliveira. A outra é a professora e ex-gerente de recursos humanos da entidade, Izabel Portugues de Souza. Luiz Vieira Sobrinho e Gomes, ex-auxiliar administrativo, também foi citado pela polícia.

■ O autor das denúncias, ex-diretor financeiro da Asefe, Firmino Pereira do Nascimento Neto, um dos principais acusados pelas irregularidades apontadas na gestão da instituição, jamais foi indiciado.

■ Na Polícia Federal, as investigações sobre supostas fraudes cometidas em guias de recolhimento do INSS e FGTS também não foram concluídas.